

ARTIGO

O período inicial da Imprensa brasileira: das primeiras experiências dos impressos ao surgimento do periodismo e sua difusão na década de 1820

*The early period of the brazilian
press: from the first experiences of
prints to the emergence of journalism
and its diffusion in the 1820s*

*El período inicial de la prensa
brasileña: desde las primeras
experiencias de las impresiones hasta
la aparición del periodismo y su
difusión en la década de 1820*

Gilciano Menezes Costa
Universidade Federal Fluminense
Niterói, Brasil

Resumo

Este estudo analisa o período inicial da imprensa nacional, investigando as primeiras iniciativas tipográficas e, com mais destaque, o surgimento da imprensa periódica em 1808, assim como seu desenvolvimento nas duas primeiras décadas do século XIX. A presente abordagem analisa essa fase inicial do periodismo brasileiro em um contexto de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais e insere a prática jornalística como força ativa nesse processo.

Palavras-chave: Imprensa Brasileira; periodismo; tipografia.

Abstract

This study analyzes the early period of the national press, investigates the first typographic initiatives and, prominently, the emergence of the periodical press in 1808, as well as its development in the first two decades of the nineteenth century. The present approach analyzes this initial phase of Brazilian journalism in a context of social, political, economic and cultural transformations and inserts journalistic practice as an active force in this process.

Keywords: Brazilian Press; journalism; typography.

Resumen

Este estudio analiza el primer período de la prensa nacional, investigando las primeras iniciativas tipográficas y, más detenidamente, el surgimiento de la prensa periódica en 1808, así como su desarrollo en las dos primeras décadas del siglo XIX. Este enfoque analiza esta fase temprana del periodismo brasileño en un contexto de transformaciones sociales, políticas, económicas y culturales e inserta la práctica periodística como una fuerza activa en este proceso.

Palabras clave: Prensa brasileña; periodismo; tipografía.

Os primeiros prelos anteriores à Impressão Régia

No continente europeu já existiam tipografias desde meados do século XV. Nas Américas, embora escassa, a atividade impressora surgiu no século

XVI, décadas após a chegada dos europeus no continente. Foi no século XVII que a imprensa periódica nasceu no Velho Mundo, surgindo nas Américas Inglesas e Espanholas apenas no século XVIII, ainda que de forma esparsa e sob a vigilância e repressão das autoridades. Embora em um contexto semelhante foi somente a partir da chegada da Corte Portuguesa e da instalação da tipografia da Impressão Régia, em 1808, que essa experiência ocorreu de forma sistemática no Brasil (MOREL, 2013, p. 23).

Em relação à produção historiográfica brasileira sobre a imprensa, há menções de iniciativas que, embora não tenham mantido uma regularidade de longo prazo, antecederam a Impressão Régia de 1808. Há também suposições. Uma das mais conhecidas se refere à existência de prelos durante a ocupação holandesa em Pernambuco no século XVII. Segundo Alfredo de Carvalho, essa informação ganhou destaque nos inventários dos bibliógrafos do século XIX, visto que eles assinalaram autenticidade do lugar de impressão de um folheto, intitulado “*Brasilsche Gelt-Sack*”, como sendo impresso no Recife em 1647. Carvalho cita que o Dr. José Hygino, através de “uma série de argumentos decisivos”, demonstrou que esse folheto foi impresso na Holanda e que, embora tenha existido a intenção dos holandeses, nenhuma tipografia foi instalada em Pernambuco nesse contexto (CARVALHO, 1908, p. 11-12).¹

No que se refere à tipografia de Antonio Isidoro da Fonseca há de fato comprovações. Ele era um antigo impressor de Lisboa e instalou uma oficina no Rio de Janeiro, possivelmente, em 1746. No ano seguinte, já havia realizado impressões de algumas obras. Segundo Moreira de Azevedo, essas composições “são apreciáveis por serem o primeiro trabalho typographico feito no Rio de Janeiro, monumentos que provam a existencia da primeira officina typographica d’esta cidade e talvez do Brasil” (AZEVEDO, 1865, p. 171).

Em julho de 1747, baseado na ordem do Conselho Ultramarino do mesmo ano, chegou uma carta régia determinando o encerramento das atividades tipográficas no Rio de Janeiro. Apesar disso, Antonio Isidoro da Fonseca desconsiderou essa proibição, encerrando suas atividades apenas, em 1749, quando assinou um termo inquisitorial se comprometendo a não mais imprimir sem a licença do Santo Ofício. Diferente da carta régia, esse termo recaía diretamente sobre o tipógrafo (BARROS, 2012, p. 18-19).

¹ Ver também: BARBOSA, 1900, p. 239-262.

No mesmo ano, mas já de volta ao Reino Português, Fonseca encaminhou um requerimento ao Conselho Ultramarino solicitando autorização para estabelecer, novamente, uma imprensa na cidade do Rio de Janeiro. Utilizou como argumento para sustentar seu pedido, o fato de não possuir meios para se restabelecer na Corte Portuguesa, visto que já tinha vendido “a sua casa e a sua officina para satisfazer alguns credores (...)”. Contudo, seu pedido foi “escusado” (REQUERIMENTO..., 1750).

Embora a carta régia de julho especifique orientações ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, a ordem régia do Conselho Ultramarino, de 10 de maio de 1747, determinava “o sequestro de todas as letras de imprensa que fossem encontradas no Estado do Brasil”, estabelecendo, dessa forma, a proibição de impressos em toda Colônia (ORDEM RÉGIA..., 1747).

Essa ordem régia é mencionada em outra polêmica referente à fase inicial da Imprensa do Brasil. Trata-se da referência da criação de uma oficina tipográfica, em 1706, no Recife. Para alguns historiadores pernambucanos, como Alfredo de Carvalho e Francisco Augusto Pereira da Costa, essa tipografia foi de fato estabelecida. Segundo Carvalho era uma oficina pequena e se “limitava á impressão de letras de cambio e breves orações devotas”. Ele alegava que sua existência foi efêmera e que seu único “testemunho” era “o documento ordenando a sua supressão” (CARVALHO, 1908, p. 18).

Pereira da Costa argumentava que localizou essa carta régia nos arquivos do Estado de Pernambuco. Ele interpretou a data do documento como sendo de 08 de julho de 1706. De acordo com Laurence Hallewell, o pesquisador Wilson Martins pôs em dúvida esses fatos, argumentando que por conta de uma falha da transcrição de datas, gerada pelo estado de conservação do documento, Pereira da Costa teria interpretado errado essa fonte, não percebendo que se tratava da ordem régia, de 1747, que foi enviada para os governadores do Estado do Brasil por conta da repercussão das atividades tipográficas de Antonio Isidoro da Fonseca. Embora outros historiadores, como Serafim Leite, tenham endossado que essa tipografia existiu, tal abordagem não é consensual na historiografia (HALLEWELL, 1985, p. 88).

Importante frisar que outras tentativas de impressões ocorreram antes de 1808 no Brasil. Contudo, a ênfase dada nesta etapa da análise foi direcionada para as experiências consideradas, e discutidas, como pioneiras pela

historiografia, sejam os episódios tratados como suposições, os comprovados e os não consensuais.

Nesse contexto, há de se considerar que embora as proibições à circulação de impressos tenham se intensificado, isso não impediu a existência de tipografias clandestinas e a circulação de manuscritos na Colônia (BARBOSA, 2010, p. 20). Contudo, por não ter a livre circulação dos impressos, não teve a transmissão de informações públicas de forma regular. Dessa forma, as iniciativas de impressão que ocorreram antes de 1808 não se caracterizam como imprensa periódica.

A primeira fase da imprensa periódica brasileira

Segundo Ana Maria de Almeida Camargo, imprensa periódica é uma categoria acionada para se referir a “jornais, revistas, almanaques e poliantéias”, logo, é um termo que abrange diversas formas de impressão com periodicidades nas publicações. (CAMARGO, 1971, p. 225).

Em relação aos motivos que retardaram a implementação da tipografia no Brasil é essencial considerar as diversas demandas do período que geraram esse atraso, não se retendo, dessa forma, aos fatores políticos. Para José Marques de Melo as questões sociais, como analfabetismo, urbanização incipiente, precariedade da burocracia e atividades culturais nascentes, assim como as demandas econômicas (mercado interno inexpressivo e restrições ao comércio externo), foram determinantes para esse surgimento tardio da imprensa no Brasil (MELO, 1973).

Assim como Melo, em um contexto mais recente, Humberto Machado também argumentou que os fatores responsáveis pela criação tardia da imprensa, no Brasil, vão além das restrições impostas pela metrópole portuguesa, ou seja, além dos motivos políticos. Machado cita os “obstáculos inerentes a existência da estrutura escravista” como um dos causadores desse atraso (MACHADO, 2008, p. 244).

Em torno desse debate, Marco Morel argumenta que a análise desse episódio requer a compreensão de que as relações hierárquicas do Brasil, na época, não se resumiam a “um punhado de senhores e uma multidão de escravos e de uma metrópole onipotente que tudo controlava”, visto que os

espaços eram diversificados e “serviram de base para as transmissões de palavras, impressas ou não”. Assim, para Morel

o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais (MOREL, 2013, p. 25).

Como reflexo dos conflitos na Europa, a Corte Portuguesa vem para o Brasil e transforma sua Colônia em sede do reino. A estrutura de organização administrativa que se criou produziu uma enxurrada de documentos, tornando-se necessário imprimir esse material para agilizar as funcionalidades do Estado. A proibição da instalação de oficinas tipográficas na Colônia se tornou um complicador nesse processo. A solução foi encontrada com a criação da Impressão Régia, determinada pelo decreto de 13 de maio de 1808 (BRASIL, 1891, p. 29-30).

Foi apenas em 10 de setembro de 1808 que o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* foi publicado pela Impressão Régia. Embora esse jornal seja o primeiro impresso no Brasil, o pioneirismo da imprensa periódica coube ao *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa, visto que seu jornal surgiu em 1 de junho de 1808, ou seja, três meses antes da data em que a *Gazeta do Rio de Janeiro* realizou sua primeira publicação na Corte. Embora o *Correio Braziliense* tenha sido impresso em Londres, na Inglaterra, esse jornal circulava na Corte em diferentes espaços sociais, mesmo formalmente proibido. Nelson Werneck Sodré considerou que “aceitando o jornal de Hipólito como integrado na imprensa brasileira, seria, conseqüentemente, a data de aparecimento de seu primeiro número o marco inicial, naturalmente, do nosso periodismo” (SODRÉ, 1999, p. 22).

Sobre a Impressão Régia, como argumentou Marcos Morel, não deve ser considerada apenas como divulgadora dos documentos oficiais, “pois desenvolveu ampla e complexa atividade tipográfica, tornando-se a primeira editora a funcionar em território brasileiro” (MOREL, 2013, p. 31). Publicavam diversas obras, incluindo livros de poesias, ficcionais e de romances.² Contudo,

² Para saber mais ver: MORAES, 1993, vol. I.

essa abertura de impressão foi acompanhada de Censura. Isso porque as atribuições da Imprensa Régia foram determinadas pelo regimento de 24 de junho de 1808, o qual estabelecia que cabia a junta diretora “o encargo de examinar os papéis e livros que se mandarem imprimir, e de vigiar que nada se imprima contra a religião, governo e bons costumes” (BRASIL, 1891, p. 17-18).

Foi diante dessa conjuntura, com a ausência de liberdade de imprensa e da existência de apenas uma tipografia, que surgiram jornais de língua portuguesa em países estrangeiros. Entre eles, o já mencionado *Correio Braziliense*. Anos mais tarde, em 1819, o próprio Hipólito da Costa explicaria esse contexto, segundo ele

A dificuldade de publicar estas obras periódicas no Brazil, já pelo entrave da censura previa, já pelo perigo a que os redactores se exporiam, falando livremente das acções de homens poderosos, fez cogitar o expediente de imprimir semelhantes obras em paizes estrangeiros. A França e a Inglaterra foram principalmente os pontos de reunião destas publicações, desde a epocha em que a Família Real passou a ter a sua residência no Rio-de-Janeiro. Aberto este canal pôde dizer-se, que se estabeleceu a liberdade de imprimir para o Brazil, posto que não no Brazil (CORREIO BRAZILIENSE, 1819, p. 315).

A pesquisadora Ana Luiza Martins argumenta que outros fatores também contribuíram para que jornais luso-brasileiros fossem publicados no exterior, entre eles destaca-se o fato de que, no Brasil, era pouco estimulante investir no ramo, pois na época existia uma “limitação cultural do meio, [um]a maciça população analfabeta e o desconhecimento dos prelos” (MARTINS, 2008, p. 47, grifo meu).

O *Correio Braziliense* ou *Armazem Litterario*, como também era denominado, foi publicado mensalmente, e ininterruptamente, no período de junho de 1808 a dezembro de 1822, tendo como redator durante todos esses anos o jornalista Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Foram produzidos 175 números agrupados em 29 volumes, contendo em torno de 72 a 140 páginas, embora o número de agosto de 1812 tenha alcançado 236. O jornal era composto por quatro seções: Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciências e Miscelânea (RIZZINI, 1957, p. 19).

Sua importância e originalidade estava no fato de ser um jornal de opinião explícita, visto que praticava o debate público defendendo as modernas liberdades em contraponto às tradicionais gazetas do Antigo Regime. É

considerado também pioneiro na circulação de ideias favoráveis à abolição gradual da escravidão (RIZZINI, 1957, p. 193-205).

Já a Gazeta do Rio de Janeiro imprimiu, no período entre setembro de 1808 a dezembro de 1822, um total de 1.657 exemplares, incluindo, nesse somatório, as gazetas extraordinárias publicadas nos quatro primeiros anos do jornal. Cada exemplar possuía 4 páginas. A partir da terceira semana, esse periódico passou a circular também, além de sábado, às quartas-feiras. Apenas a partir do início de julho de 1821 que sua circulação passou a ser três vezes por semana, ocorrendo às terças, quintas e aos sábados. A alteração do título para Gazeta do Rio ocorreu no primeiro número de 1822 (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1808-1822).³

Esse periódico inaugurou a imprensa áulica no Brasil e teve três redatores: Frei Tibúrcio José da Rocha, de 1808 a 1812; Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, de 1812 a 1821; e Francisco Vieira Goulart, de 09/1821 a 12/1822. A Gazeta do Rio de Janeiro era estruturada em duas partes: seção noticiosa e de anúncios. Na primeira eram divulgados artigos de jornais europeus, cartas de militares e de políticos de destaque da época, informações burocráticas e o cotidiano da realeza. Na parte dos anúncios publicavam prestação de serviços e o universo do cotidiano social e cultural da cidade, como saídas de correio, venda de imóveis e de escravizados, leilões etc (MEIRELLES, 2006, p. 53-75).

Para Nelson Werneck Sodré, a Gazeta do Rio de Janeiro era um “jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado”. Apesar de mencionar pouca preocupação com o público leitor, Sodré também argumentou que havia, por parte da Coroa, a necessidade de informar. Isso porque o absolutismo estava em declínio e após a abertura dos portos, diversos impressos clandestinos entraram no Brasil. Dessa forma, segundo ele, a monarquia precisava ser enaltecida e as ideias contrárias combatidas, cabendo à Gazeta do Rio de Janeiro tal função (SODRÉ, 1999, p. 20-29).

Isso pode ser confirmado pelos relatos do viajante inglês João Armitage, que ao ter acesso à Gazeta do Rio de Janeiro, observou essa construção da

³ Ver principalmente os seguintes exemplares: nº 1 e 3 de 1808; nº 31 e 32 de 1811; nº 53 de 1821; nº 1 e 157 de 1822.

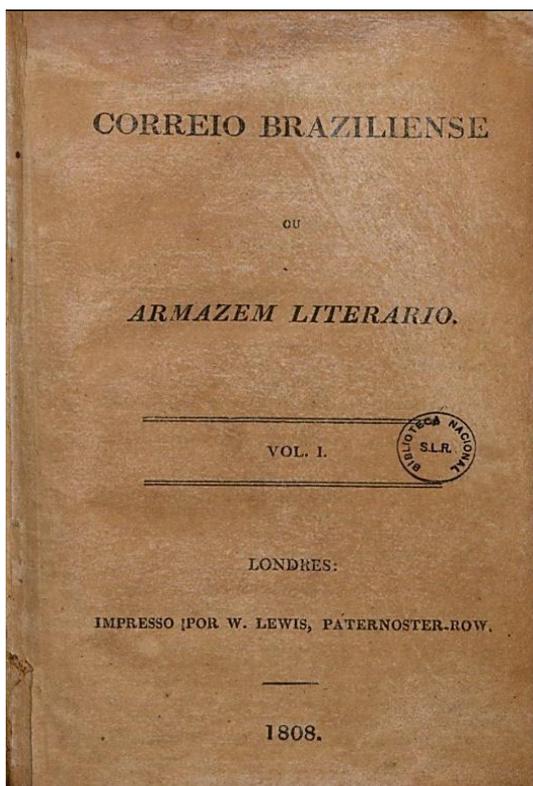
imagem positiva da monarquia reinante no Brasil e o cuidado com o que se publicava nesse periódico, pois para ele “não se manchavão essas paginas com as effervescencias da democracia, nem com a exposição de agravos”. Segundo o viajante, a “julgar-se do Brasil pelo seu unico periodico, devia ser considerado como hum paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado hum só queixume” (ARMITAGE, 1837, p. 14).

Para além das afirmações de Sodré, importante mencionar que esse jornal foi mais que um mero propagador de atos oficiais, na medida em que gerou uma rede de correspondência inter-atlântica entre Brasil, Portugal e Inglaterra, divulgando, além dos valores socioculturais existentes no período, os conflitos de poder e interesses políticos dessas nações.

Em relação à comparação aos dois jornais, Marcos Morel questiona os estudos históricos que se retêm apenas na contraposição entre a Gazeta do Rio de Janeiro (como jornal oficial) e o Correio Braziliense (crítico ao governo). Isso porque tal comparação vai além dessa dicotomia oposição/situação, na medida em que existiam também convergências entre os dois periódicos. Para Morel, ambos os jornais “defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura (...)” (MOREL, 2013, p. 23).

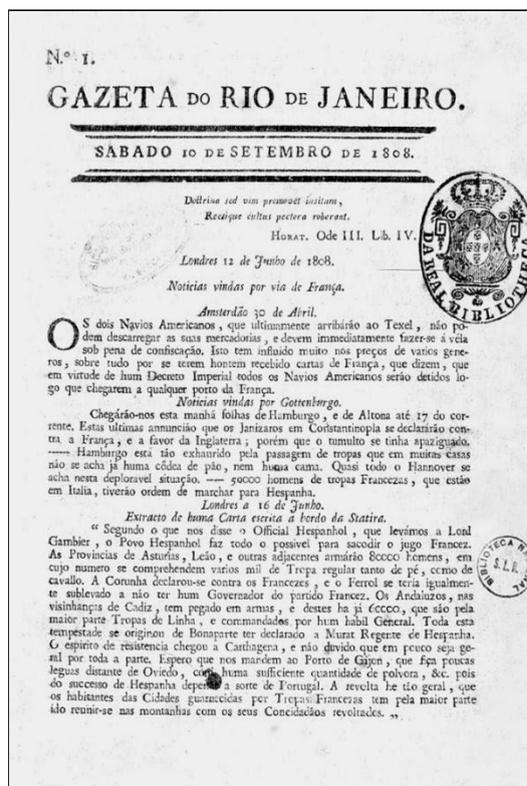
Com o decorrer do ano de 1821, em função principalmente das repercussões geradas pelo movimento liberal português de 1820, a Gazeta do Rio, com o título já reduzido, passou a defender o liberalismo, o que contribuiu de forma decisiva para o posicionamento favorável do jornal em relação à Independência do Brasil. Em função do acompanhamento mais próximo dos fatos, a Gazeta do Rio realizou a defesa da emancipação antes mesmo do Correio Braziliense, visto que o Correio possuía a desvantagem da distância geográfica por ser publicado em Londres (MOREL, 2013, p. 31-32). Segue abaixo o primeiro número de ambos os jornais:

Figura 1 - 1º nº. do Correio Braziliense



Fonte: Correio Braziliense (01/06/1808)

Figura 2 - 1º nº. da Gazeta do Rio de Janeiro



Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro (10/09/1808)

Importante destacar que os diversos materiais impressos nas duas primeiras décadas do século XIX, sobretudo os que foram produzidos pela imprensa periódica, viabilizaram o surgimento da opinião pública no Brasil. O uso da expressão opinião pública em território brasileiro foi, possivelmente, iniciado pelo jornal Correio Braziliense, que cita o termo em seu primeiro número publicado em junho de 1808 (CORREIO BRAZILIENSE, 1808, p. 4), e pela Gazeta do Rio de Janeiro, que o mencionou em junho de 1809 (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1809, p. 1).

A opinião pública foi desenvolvida no contexto pós-absolutista (devido à criação de uma nova cultura política caracterizada pela busca do debate) e representou “um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral” (MOREL, 2013, p. 33). Esse recurso, essencial para a construção de novas legitimidades na sociedade para além dos limites do julgamento privado, teve como momento crucial para o seu desenvolvimento no Brasil o período de 1820 a 1822, na medida em que foi nesse contexto que eclodiram expressivas

mudanças que repercutiram em calorosos debates, tendo como destaque a temática da Independência do Brasil.

Através do decreto de 2 de março de 1821, assinado por D. João VI, foi “suspensa a prévia censura que (...) se exigia para a impressão dos escriptos que se intente publicar” (BRASIL, 1891, p. 17-18). Embora acompanhada de algumas considerações, essa decisão iniciou, oficialmente, um esboço da ideia de liberdade de imprensa no Brasil. Ainda que essa liberdade seja traçada por avanços e recuos no decorrer de sua História, este decreto contribuiu para a expansão da imprensa e consequentemente da opinião pública no território brasileiro.

Nesse primeiro contexto da Imprensa brasileira, estudado aqui até a independência em 1822, surgiram outros periódicos, entre eles destacam-se dois: a Idade D’ Ouro do Brazil e O Patriota: jornal litterario, político, Mercantil.

O primeiro surgiu na Bahia (publicado pela primeira vez no dia 14 de maio de 1811) e foi produzido na tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva (IDADE D’OURO DO BRAZIL, 1811, p. 1). Considerado o primeiro jornal de iniciativa privada impresso em território brasileiro, publicava atos oficiais, informações de matérias internacionais e notícias nacionais referentes ao comércio, às artes, às ciências e às festas religiosas. Defendia os interesses da Coroa Portuguesa no Brasil e o absolutismo. Após o movimento constitucional na Bahia, em 1821, tornou-se abertamente partidário do constitucionalismo monárquico. Com a derrota e expulsão dos portugueses do Brasil, a publicação perdeu sua finalidade e em junho de 1823 deixou de ser impresso (SILVA, 2005).

O segundo jornal mencionado, O Patriota, foi um periódico publicado no Rio de Janeiro, nos anos de 1813 e 1814, nos prelos da Imprensa Régia e esteve inserido no contexto do projeto civilizatório do Estado português (O PATRIOTA: JORNAL LITTERARIO, POLITICO, MERCANTIL, 1813;1814, p. 1). Esse jornal, por divulgar temáticas referentes, sobretudo, às ciências e às letras, representou uma das manifestações iniciais para a consolidação de uma esfera pública intelectual no Brasil (GUIMARÃES, 2007).

Considerações finais

Embora diversas experiências de imprensa periódica tenham ocorrido no contexto apresentado, sobretudo a partir da suspensão da censura prévia em 1821, priorizou-se, neste artigo, as iniciativas consideradas pioneiras pela historiografia brasileira. Conforme se buscou demonstrar, a compreensão do período inicial da imprensa brasileira requer uma interpretação ampla, contextualizada e atenta aos fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade onde os periódicos foram produzidos.

Esta análise demonstrou que o surgimento da imprensa no Brasil se insere no contexto de transformações do Estado português e na própria dinâmica das relações desenvolvidas no cotidiano colonial. Seu início foi caracterizado, sobretudo, pela preocupação em manter o controle das ideias que seriam circuladas e no combate à atividade clandestina de impressão. Foi através da produção regular de jornais e com a formação da opinião pública, somada a liberdade de imprensa (ainda que em caráter provisório), que a prática tipográfica brasileira se desenvolveu e alcançou novas características. Assim, foi na década de vinte do século XIX que a fase inicial da imprensa brasileira se concluiu.

Referências Bibliográficas

- Fontes Impressas:

ARMITAGE. João. *História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837.

Ordem regia pelo qual se mandou fazer o sequestro de todas as letras de imprensa, que fossem encontradas no Estado do Brasil e intimar a seus donos e aos officiaes impressores a prohibição de imprimirem qualquer livro ou papel avulso, sob pena de serem presos e remetidos para o Reino. Lisboa, 10 de maio de 1747. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, caixa 63, doc. 14762.

Requerimento de Antonio Isidoro da Fonseca, em que pede licença para estabelecer imprensa na cidade do Rio de Janeiro. Despacho escusado, Lisboa, 25 de maio de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, caixa 63, doc. 14762.

- Fontes Impressas disponíveis online:

Acervo Coleção Leis do Império do Brasil:

BRASIL. Decreto de 2 março de 1821. Sobre a liberdade da imprensa. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, parte 2, 1891, p. 17-18. Disponível em: encurtador.com.br/eoNZO. Acesso em: 09 jun. 2019.

BRASIL. Decreto de 13 de maio de 1808 - Crêa a Impressão Régia. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, parte 1, 1891, p. 29-30. Disponível em: encurtador.com.br/hzGI4. Acesso em: 08 jun. 2019.

BRASIL. N. 17 – Guerra – Em 24 de junho de 1808 – Manda estabelecer a Junta de Direção da Impressão Régia e dá-lhe regimento provisório. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, parte 2, 1891, p. 17-18. Disponível em: encurtador.com.br/uDFLO. Acesso em: 08 jun. 2019.

Acervo Hemeroteca da Biblioteca Nacional: Disponível em: encurtador.com.br/cqA17. Acesso em 10 jun. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO. Londres, n. 1, vol. I, n. 1, jun. 1808.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO. Londres, vol. XXII, n. 130, mar. 1819.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 1, sábado, 10 de setembro de 1808.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 3, quarta-feira, 21 de set. de 1808.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 80, 17 de junho de 1809.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 31, quarta-feira, 17 de abril de 1811.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 32, sábado, 20 de abril de 1811.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 53, terça-feira, 3 de julho de 1821.

GAZETA DO RIO. Rio de Janeiro, n. 1, terça-feira, 1 de janeiro de 1822.

GAZETA DO RIO. Rio de Janeiro, n. 157, terça-feira, 31 de dezembro de 1822.

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Bahia, n. 1, terça-feira, 14 de maio de 1811.

O PATRIOTA: JORNAL LITTERARIO, POLITICO, MERCANTIL. Rio de Janeiro, n.1, janeiro, 1813.

O PATRIOTA: JORNAL LITTERARIO, POLITICO, MERCANTIL. Rio de Janeiro, n. 6, novembro e dezembro, 1814.

- Artigos, Dissertações e Livros:

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro. *RIHGB*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, tomo XXVIII, n. 30, 1865.

BARBOSA, A. da Cunha. Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo LXIII, n. 102, parte II, 1900.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: MAUADX, 2010.

BARROS, Jerônimo Duque Estrada de. *Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)*. Dissertação de Mestrado: UFF, ICHF, Departamento de História, Niterói, 2012.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: *Anais do V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. São Paulo: FFCH-USP, v. 2, 1971. Disponível em: encurtador.com.br/cgJL9. Acesso em: 12 jun. 2019.

CARVALHO, Alfredo. “Gêneses e progressos da imprensa periódica no Brasil”. In: Centenário da imprensa. *RIHGB*. Tomo Consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da imprensa periódica no Brasil. RJ: Imprensa Nacional, p. I. 1908.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. As Luzes para o Império: História e progresso nas páginas de O Patriota. In: KURY, Lorelai (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua história*. 2. Ed. São Paulo: USP, 1985.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa Abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: Lessa, Mônica Leite; Fonseca, Sílvia Carla Pereira de

- Brito. (Org.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado: UNICAMP, IFCH, Departamento de História, Campinas, SP, 2006.
- MELO, José Marques de. *Sociologia da Imprensa Brasileira*, Petrópolis: Vozes, 1973.
- MORAES, Rubens Borba de. “A impressão régia do Rio de Janeiro: origens e produção”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. SP: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993, vol. I.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. Ed. SP: Contexto, 2013.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d’Ouro do Brasil*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.